



ATUAÇÃO DO MPF NO GERENCIAMENTO COSTEIRO



Aspectos de Atuação



Patrimonial

Garantir a regular ocupação dos terrenos de marinha e o livre trânsito aos bens de uso comum do povo (praias e manguezais)



Ambiental

Aplicação da legislação ambiental (licenciamento ambiental e outros instrumentos para regularização das obras em zonas costeiras) e proteção das áreas de preservação permanente



Criminal

Crimes ambientais, patrimoniais e conexos (falsidade documental)

Início do Procedimento



Notícia de Fato

- Representação do cidadão: portal do MPF (serviços de atendimento ao cidadão)
- Anônima (pelo endereço/email das unidades do MPF)



Órgãos Públicos

SPU e órgãos ambientais: envio de autos de infração, casos mais graves, que além da infração patrimonial, configuram crime ou ilícito ambiental



Legislação Criminal Aplicável

- Lei nº 4.947/1996, art. 20 (invasão de terras públicas)
- Lei nº 9.605/1998 – Lei de Crimes Ambientais
- Art. 40. (causar dano direto ou indireto às Unidades de Conservação)
- Art. 48 (impedir ou dificultar a regeneração natural)
- Art. 54. (causar poluição)
- Art. 60. (construir, reformar, instalar etc. obras ou serviços potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, ou contra as normas legais e regulamentos)
- Art. 64. (construir em solo não edificável)
- Art. 66/69-A (crimes contra administração ambiental)



Configurada a Hipótese Criminal

- Requisita inquérito ou instaura PIC
- Propõe ANPP: pena mínima inferior a 4 anos (art. 28-A do CPP)

Caso Prático 1:

IC n 1.26.008.000002/2021-08

Origem

Instaurado a partir de dois autos de infração do ICMBio

Infração 1

Construir em solo não edificável (APP/Restinga) no interior da APA Costa dos Corais.

Infração 2

Destruir 0,89 ha de vegetação natural em área considerada de preservação permanente (restinga/manguezal) no interior da APA Costa dos Corais.



Acordo de Não Persecução Penal



Reparação dos danos ambientais

Execução do Plano de Recuperação de Área Degradada (PRAD), que previu a remoção da estrutura e o plantio da restinga



Pagamento de prestação pecuniária

Valor de R\$ 125.100,00



Destinação dos recursos

50% para o Fundo para Reconstrução de Bens Lesados do RS e 50% para doação de notebooks de alto desempenho ao ICMBio

Procedimentos Administrativos Cíveis



Caso Prático 2: ACP da Praia de Toquinho

Origem

ACP da praia de Toquinho (pje 0000880-06.2004.4.05.8300): a partir de uma série de autos de infração lavrados pelo IBAMA e pela CPRH, Agência Estadual de Meio Ambiente de Pernambuco, durante quase uma década, entre os anos de 1994 a 2001

Infrações

Aterro hidráulico que criou o pontal artificial adjacente à praia, com a construção de muro de arrimo em faixa de praia; canais artificiais no interior do estuário

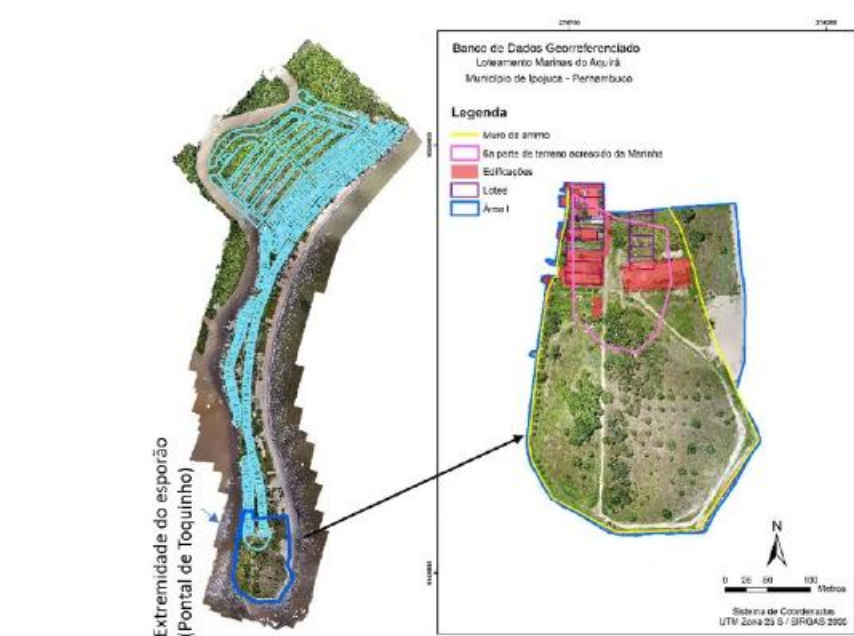


Figura 7. Localização do Loteamento Marina do Aquirá (linha azul claro), delimitação da Área 1 (linha azul escuro), delimitação do muro de arrimo (linha amarela), delimitação da 6ª parte de acrescido de marinha (linha rosa), edificações (polígono vermelhos). Fonte da imagem: Ortofotomosaico, 2022 (gerado nesta perícia).



Sentença

Julgada parcialmente procedente: condenação à reparação do dano ambiental, por meio de PRAD ao IBAMA, com remoção das obras rígidas

Recurso

Reformada, em sede de apelação, pelo TRF 5: obrigação de não fazer, medidas mitigatórias e compensatórias, indenização por danos morais coletivos (R\$ 1.500.000,00)

Caso Prático 3: ACP em Face da SPU e do Município do Cabo de Santo Agostinho/PE

Origem

ACP em face da SPU e do município do Cabo de Santo Agotinho/PE (pje n. 0800324-36.2021.4.05.8312): com base no IC Inquérito Civil nº 1.26.000.002573/2008-71 e após a expedição de Recomendação

Objetivo

Fiscalização de construções irregulares no Loteamento Enseada dos Corais, no Cabo de Santo Agostinho/PE (mais de 100 lotes): avanço ou ocupação irregular além dos limites legais dos lotes

Acordo Judicial

Celebrado em audiência de conciliação: SPU com planejamento para iniciar as fiscalizações e Município fornecendo a planta georreferenciada do loteamento e informações cadastrais dos proprietários dos lotes

Fiscalizações

Realizadas com a lavratura de autos de infração: ocupação irregular em área de bem comum do povo e área alodial; desmatamento de vegetação nativa e aterro; construção de muros, jardins, área de lazer e outras benfeitorias (escada/rampa de acesso, calçadas, cercas, quiosques etc.)





Providências em Curso



Lotes Desocupados

Com pagamento de multas



Fase de Defesa Administrativa ou Ação Anulatória

Processos em andamento



Identificação de Irregularidades

Em área alodial ou sob a gestão municipal, com remessa ao MPPE e à prefeitura para adoção das providências cabíveis

Barreiras ao Acesso Público



Muros Irregulares

Muro e cerca com porteira que impedem o livre trânsito e acesso ao mar